

# INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Silvana dos Santos Dias<sup>1</sup>

## RESUMO

A deficiência visual é uma condição irreversível que causa limitação funcional de um ou ambos os olhos, e não pode ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico, a pessoa com deficiência pode ser a pessoa cega, com baixa visão, ou a visão monocular. Este trabalho é consequência de pesquisa de campo realizada na Associação Dos Deficientes Visuais de Bento Gonçalves, durante o período de conclusão do curso de graduação em Serviço Social no ano de 2023. O estudo tem como meta analisar o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade, sendo que a diversidade e a equidade são o caminho da inclusão. Foi utilizado como metodologia, observação, entrevista e a pesquisa bibliográfica como instrumentos de coleta de dados. Este estudo foi baseado nas contribuições teóricas de SASSAKI (1999), DURKHEIM (1995), entre outros. O próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nacional n 13.146), sancionado em 2015, é exemplo do resultado da pressão da sociedade. A lei assegura uma série de medidas que garantem os direitos da pessoa com deficiência. Ainda que o Estado assegure direitos, há uma série de ações no dia a dia que podem reforçar a igualdade e quebra de preconceitos que estão no alcance de todos. Este trabalho tem como proposta a reflexão crítica da vida da pessoa com deficiência visual desde o seu núcleo familiar até a vida em sociedade, onde o tema inclusão faz parte da modernidade, mas não da vida real.

Palavras-chave: inclusão social; deficiência visual; assistente social.

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se discute a respeito do termo inclusão, que têm um significado enfático: ato ou efeito de incluir, conforme (Honneth,2006, p.144) a inclusão é um dos critérios de progresso moral e social, a participação e autonomia fazem parte de uma sociedade inclusiva, uma sociedade para todos. Sabemos que a inclusão das pessoas com deficiência visual é um assunto que gera grande discussão, pois há quem julgue como incapaz, predominando o preconceito, não entendendo que a inclusão social é fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária, por isso o presente tema que surge da necessidade de entender como se dá o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual.

---

\* Discente do curso de Serviço Social da Universidade La Salle, matriculada na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação do Prof. Pedro Faccio de Conto. E-mail: Silvana.202031294@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 29 nov. 2023.

A abreviação PcD é a sigla que significa pessoa com deficiência, foi estabelecida pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas (ONU), é utilizada desde 2006, substituindo termos como "pessoa deficiente", "deficiente", ou "inválido". Dentro do grupo de PcD (Vasconcelos,2019), explica que existem graus de deficiência diferentes, sejam nos aspectos físicos, sensoriais ou cognitivos. As políticas públicas existem e devem garantir a pessoa com deficiência o mínimo de condições para viver e ser aceitos na sociedade, efetivando a equiparação de oportunidades para todos.

O trabalho apresentado, cujo tema é a inclusão da pessoa com deficiência decorreu no âmbito do curso de Serviço Social realizado na Associação dos Deficientes Visuais de Bento Gonçalves (RS). A entidade tem como finalidade propor e garantir habilitação e reabilitação de adultos e idosos com deficiência visual, objetivando a sua promoção e integração na família, na sociedade e no mercado de trabalho. Este artigo tem como objetivo mostrar conhecimentos sobre a inclusão da pessoa com deficiência visual, e suas expressões da questão social, em uma sociedade que falta conhecimento desde o direito de inclusão da PcD ao entendimento que as pessoas com deficiência têm direitos, sentimentos, e precisam ser respeitadas e incluídas na sua especificidade. Conforme Gonçalves (2001), os objetivos deste trabalho está em evidenciar as demandas da pessoa com deficiência; para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e entrevistas com os usuários da ADVBG.

Quanto à metodologia, o artigo tem como base a pesquisa bibliográfica, relatório e atividades avaliativas do estágio supervisionado e entrevista realizadas com pessoas com deficiência visual. O primeiro capítulo aborda o tema inclusão e o assistente social descrevendo a sua atuação junto ao deficiente visual. O segundo capítulo apresenta relatos dos usuários mostrando questões atinentes desde os seus núcleos familiares até as suas relações sociais que evidenciam o enfrentamento das expressões da questão social. Por último, realizou-se a análise dos dados coletados. A inclusão é uma realidade que necessita apoio da sociedade, da família e do Estado para que a pessoa com deficiência tenha autonomia de sua vida e de suas atividades, a inclusão precisa de parceiros que estejam dispostos a mudar atitudes, pensamentos e entendimentos; o deficiente visual perde a visão, mas tem outros quatro sentidos e habilidades. Dessa forma, destaca-se que estar em movimento, estar ativo,

executando atividades laborais contribui para a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção abordará a inclusão social, conforme (Sassaki 1999, 41) para dar entendimento do seu significado. Primeiramente, aborda-se o Direito à Inclusão (3.1) amparado na Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência na sequência (3.2) aborda se os Desafios dos Deficientes Visuais, (3.3) aborda se Papéis e responsabilidades do assistente social ancorados no Código de Ética do Assistente Social, na sequência (4) será mostrado a metodologia utilizada, no (5) temos os relatos de experiência dos usuários da ADVBG é finalizado com análise dos dados coletados seguidos das considerações finais.

## **3 DESENVOLVIMENTO**

### **3.1 Inclusão social**

A importância da inclusão social, para Guerra (Revista Angolana de Sociologia, 10, 2012), está justamente no combate a divisão social, e na busca de proporcionar o livre e democrático acesso aos espaços e serviços oferecidos a todos os cidadãos.

A inclusão social conforme o "pai da inclusão" (Sassaki, 1999, p.41), que era graduado em Serviço Social e ajudou a criar políticas públicas para incluir as pessoas com deficiência na sociedade diz:

Constitui um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam em parceria equacionar problemas e decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos, sendo um processo pelo qual a sociedade deveria se adaptar para incluir em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e o deficiente simultaneamente estar preparado para assumir o seu papel na sociedade.

Entretanto, ainda existem lacunas onde haja a aplicação de leis por parte de políticas públicas e setor privado para esse real problema enfrentado. O termo inclusão social, descrito por (Omote2008) reforça o entendimento da necessidade de capacitação das pessoas com deficiência para o convívio em sociedade e sua inserção no mercado de trabalho, porém para que o processo de inclusão ocorra mutuamente é necessário que a sociedade se ajuste para acolher a pessoa com

deficiência, oferecendo suporte e conhecimentos devidos para viabilizar a participação de todos. Na cidade de Bento Gonçalves os casos de pessoas com deficiência visual têm tido um grande aumento, vindo até a associação pessoas desorientadas, procurando informações. Muitas pessoas enfrentam baixa visão, cegueira em decorrência de outras comorbidades como diabete, glaucoma, doenças degenerativas e até mesmo enfrentamento de câncer, é um número bem considerável do adoecimento e bem menos pessoas nascem cegas, e a tristeza é notável na chegada ao falarem no atraso do diagnóstico e falta de humanização no atendimento.

Em pesquisa realizada por Carvalho- Freitas (2009) torna-se evidente a necessidade de práticas de adequação para que as pessoas estejam preparadas para o enfrentamento da deficiência de uma forma humana e que de fato promoveriam de modo efetivo a participação destas pessoas no contexto da sociedade.

Ainda hoje com normas específicas para as pessoas com deficiência, fixados na Constituição de 1988, é comum que a sociedade atrele as pessoas com deficiência sentimentos de caridade e filantropia, não acreditando nas suas capacidades, pois não entendem que a pessoa com deficiência é um sujeito com direitos, vontades e em busca pela sua autonomia.

Nas palavras de Sasaki (2010):

A inclusão social é o processo para melhorar as condições de participação na sociedade, independente de raça, idade, deficiência, religião ou qualquer outro fator, através da ampliação de oportunidades aos recursos e o respeito pelos seus direitos.

Antigamente, as famílias mantinham as pessoas com deficiência em casa, pois não havia escolas adaptadas para receber, o que resultava em atraso social e na privação da educação e do convívio com outras pessoas, gerando um agravo no não desenvolvimento de habilidades, que poderiam ter sido desenvolvidas caso a sociedade e a família estivessem preparadas para o enfrentamento da questão social oriunda da deficiência. \*\*\*\*

No meu estágio, tendo contato com a pessoa com deficiência, a dificuldade de inclusão na própria associação é clara; gerando uma competitividade do próprio usuário, o que faz supor relações sociais alienadas, onde a busca pela autonomia, é uma luta singular pela inclusão, pela emancipação, gerando regras de ação referindo por muitas vezes em objetivos particulares, deixando valores éticos essenciais como a reciprocidade, a equidade, e a liberdade, invertendo a inclusão pela exclusão social entre os deficientes criando um afastamento do vínculo familiar, perdendo a imagem

da família ser lugar de apego, de segurança e por muitas vezes tendo a imagem da família ser o cenário de conflitos e afastamentos, se fazendo necessário ações no sentido de mediar as vulnerabilidades familiares no reconhecimento da pessoa com deficiência, não apenas como membro familiar, mas como sujeito de direitos de vontade e de busca pela autonomia.

Conforme Camargo (2014), a família e a sociedade precisam entender que o indivíduo que enfrenta deficiência não é incapaz, improdutivo, lento, desprovido de qualidades e criar o conceito de um indivíduo capaz, produtivo, dotado de qualificação, é um trabalho constante que deve ser entendido como um compromisso social.

O trabalho está estruturado pelo entendimento de inclusão, papel do assistente social, relatos de pessoas com deficiência visual. O presente trabalho é de fundamental importância pois o relato dos usuários nos mostra e esclarece dúvidas a respeito de um tema que para muitos fica encoberto em uma sociedade capacitista, onde o preconceito e a falta de conhecimentos estão claro no dia a dia, seja em atitudes ou palavras.

### **3.2 Direito à inclusão**

De acordo com Durkheim, (1955), inexistiria a sociedade, se os seus membros não fossem aceitos em suas particularidades, o indivíduo deve ser integrado harmoniosamente na sociedade evitando conflitos e o isolamento.

A inclusão social se tornou uma política de Estado e tem criado diversas legislações que a defendem. Na análise da legislação brasileira, consta que a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei 13.146-2015, conhecida como Lei de Inclusão foi aprovada em 06 de julho de 2015, trazendo garantias fundamentais para a equiparação das pessoas com deficiência em relação a sociedade. A luta pela inclusão não termina com a aprovação da lei, mas avança mais um passo, por isso a luta é constante pela efetivação destes direitos, para que produzam efeitos reais. A (LBI), tem como objetivo assegurar e promover condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando a sua inclusão social e cidadania. Art. 23. São vedadas todas

as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, em razão de sua condição.

Os direitos das pessoas com deficiência são normas e valores que buscam a proteção, o amparo e a inclusão das pessoas com impedimentos, estes direitos se baseiam no princípio de que todos têm direito de participação ativa na sociedade.

Fica clara a existência de leis para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, sendo que com sua implementação, seria para transformar a realidade destas pessoas promovendo uma sociedade justa e inclusiva mas a realidade é outra, sendo que o deficiente não tem suas garantias fora do papel de uma vida plena, repleta de inclusão, mesmo havendo direitos conquistados muitas vezes são negligenciadas, predominando o preconceito e o capacitismo, tendo a visão estagnada e retrógrada que o deficiente é incapaz, essas atitudes estão relacionadas à crença da superioridade de pessoas fisicamente aptas em relação a pessoas com deficiência, onde evidencia uma grande equívoco de inclusão por exclusão e assistencialismo.

As políticas afirmativas deveriam proteger os mais vulneráveis, mas é uma situação discrepante, ao igualar todas as deficiências. A Lei de Cotas foi instituída pela Lei 12.711, sancionada pela Dilma Rousseff visa inserir a população na universidade pública e em cargos públicos, criando um sistema de equidade social; assegurando ao deficiente que empresas com mais de 100 funcionários tem que empregar PCD, como em concursos públicos a Lei de Cotas a deficiência, a pessoa apresentando laudo atestando acuidade visual concorre a vaga, diante de qualquer outra deficiência. As escolas têm assegurado por lei o acesso e igualdade com ampliações e o braile e o material didático adequado a sua especificidade, não sendo permitida a cobrança de adicional em escolas devido a criança ter deficiência em quaisquer situações, tem a lei de isenção de impostos, que ampara através de atestados médicos a aquisição de veículo, onde o deficiente visual deve dirigir a receita federal e ao Detran, através de perícia, apresentando um condutor responsável que conduza o seu veículo, o veículo tem que estar no nome da pessoa com deficiência e por quatro anos não pode vender o veículo, passe livre, estando dentro dos quesitos exigidos e o acompanhante que estiver em uma viagem de avião com o deficiente visual tem 80% de desconto no valor da passagem aérea.

O artigo 88 da lei brasileira de inclusão diz que praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência os seus direitos serão

garantidos por ocasião da aplicação de sanções penais. Pena- reclusão de um a três anos, e multa, pois a discriminação é proibida pelo Estatuto da pessoa com deficiência e pela Constituição Federal.

Vista de forma fácil no dia a dia da pessoa com deficiência, seja no olhar, nas atitudes ou em palavras, poucas pessoas estão preparadas para inserir a pessoa com de deficiência em uma sociedade cheia de regras na qual a constituição das relações é mediada pelo capitalismo, o deficiente passa longe a ideia da sociedade do capital é contraditório o acirramento da luta de classes.

A inclusão só é uma luta, pois não acontece de forma natural, como deveria ser nas sociedades em constante crescimento. A inclusão é uma luta por pertencimento pelos seus direitos humanos, é uma luta para estar inserida no seu contexto de vida.

### **3.3 Desafios dos deficientes visuais**

Desde o nascimento a criança deficiente visual (cega ou baixa visão), enfrenta dificuldades para apreender, conhecer e se adaptar ao meio, precisando contar com o apoio de pessoas que a ensinem despertar os outros sentidos. A criança deficiente visual não deve ser superprotegida, em relação ao aprendizado o aluno aprende em Braille, que é escrito em relevo e explorado através do tato.

Na adolescência a prática esportiva é importante na socialização, na aceitação e na inclusão, tendo a sexualidade em desenvolvimento como qualquer ser humano, sendo por vezes subprotegidos pelos pais e enfrentam preconceitos.

Na vida adulta enfrentam o desemprego, o preconceito fica claro, tem dificuldades em mobilidade e acessibilidade, encontram diferentes obstáculos, muitos deles ocupam cargos equivalentes aos de qualquer pessoa que enxerga, desenvolvendo outras habilidades. Com o avanço da tecnologia, há produtos modernos e funcionais para garantir uma rotina cada vez mais independente.

Nas palavras de Sassaki (2010), fala da necessidade de desmistificar e quebrar paradigmas para que as pessoas sem deficiência aprendam a lidar com as pessoas com deficiência visual, pois se a sociedade não tem atitudes acessíveis, pouco adianta investir em tecnologias e em soluções que facilite o acesso da pessoa com deficiência visual, basta ter um olhar diferente.

### 3.4 Papéis e responsabilidade do assistente social

O Código de Ética da categoria profissional do Serviço Social, não interpretam apenas aspectos normativos e deveres profissionais, mas também valores que identificam o projeto societário defendido pela categoria profissional. Conforme (Barroco; Terra, 2012) o Código de Ética de 1993 vigente até os dias atuais é o marco da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva técnico- crítica sobre a sociedade. É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, destacando seus objetivos ético políticos e também os parâmetros para a atuação do assistente social no cotidiano profissional. Sendo o Serviço Social uma profissão de intervenção da realidade social, o assistente social- profissional da área inscrita na divisão social e técnica do trabalho, de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei 8.662-9, de 7 de junho de 1.993. De acordo com Netto (1999, p102) é habilitado para intervir nas diferentes manifestações das expressões da questão social, na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos. Na entidade a assistente social usa um arsenal de conhecimentos ético- político, teórico- metodológico e técnico -operativo para intervir nas demandas dos usuários. Buscando estratégias que assegurem o ingresso da pessoa com deficiência na sociedade favorecendo a relação família-comunidade ampliando o espaço de participação, incluindo os no processo social. Decodificando as questões sociais; proporcionando articulação entre as demais políticas sociais estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade e a garantia dos seus direitos sociais. Como bem esclarece lamamoto (2000, p. 27-28) o objeto de intervenção profissional é a questão social; e suas inúmeras expressões no cotidiano que se apresenta ao assistente social na sua forma mais diversa. Articular serviços, buscando responder às demandas concretas, existentes na vida destas pessoas e seus familiares nas diversas áreas, como aquisição de meios para acessibilidade, encaminhamentos para consultas a especialistas, para acompanhamento e aquisição de laudos, inserção em instituições e programas de reabilitação, aquisição do passe-livre nos transportes, de benefício assistencial. E é na intervenção profissional, que o Serviço Social busca produzir as mudanças necessárias no cotidiano da vida social dos usuários atendidos, promovendo a participação e a autonomia. E é através da competência técnico-

operativa que o profissional compreende a realidade social e realiza a intervenção com eficácia, responsabilidade e competência profissional.

Os instrumentais devem ser utilizados de forma estratégica sobre o contexto e o conteúdo a ser mediado no cotidiano de trabalho, para se chegar a uma finalidade.

#### **4 METODOLOGIA**

Tendo como base de estudo a inclusão da pessoa com deficiência visual foram utilizadas entrevistas com os usuários para conhecer a sua realidade e suas demandas, assim obtivemos dados reais das experiências vivenciadas, sobre informações qualitativas. Conforme Martinelli (1994), a metodologia qualitativa oferece subsídios para trabalhar com o real em movimento em toda a sua plenitude. Foram entrevistados três usuários, da associação com características de vida diferentes, sendo que a primeira entrevistada é cega de nascença, o entrevistado do caso dois ficou cego por glaucoma e a terceira entrevistada enxerga somente 10% devido a uma doença congênita. Eles foram escolhidos por terem tipos de deficiência diferentes e mostrarem as suas evoluções que obtiveram no decorrer de suas vidas. Os dados foram coletados na sala da assistente social da entidade, guiados por uma entrevista de duração média de 40 minutos, sendo que foi explicado que o motivo da entrevista é enriquecer um trabalho acadêmico do curso de serviço social. A entrevista com o usuário foi de forma individual, a qual será mantida em sigilo, sendo usado nomes fictícios para não expor o deficiente.

#### **5 RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Percebe-se que um dos principais obstáculos observados para a inclusão permanece sendo o preconceito e a falta de informação, visto que muitas pessoas não acreditam que possa haver possibilidades de adequação da pessoa com deficiência com concepções equivocadas acerca de suas capacidades, configurando-se em um cenário onde as ações ainda se encontram inadequadas, revelando a compreensão insuficiente ou distorcida, do processo de inclusão e mesmo uma descrença sobre a sua capacidade de desenvolvimento e autonomia. Com base na metodologia usada de pesquisa, observação e entrevista realizada junto ao usuário ficou claro que o incluir, por muitas vezes, se encontra nos papéis ou como um termo da modernidade,

porque a realidade é outra. O estágio trouxe uma vivência na prática, desde o primeiro encontro com a pessoa com deficiência, até a formação profissional, a partir deste contato direto a autora norteou a elaboração do plano de estágio e do projeto de intervenção. O plano de estágio, trouxe muitos conhecimentos de uma realidade que ficava escondida, o qual teve o desenvolvimento, ferramentas e técnicas para a sua efetivação. Durante esse período foi observado muitas dificuldades de inclusão, tanto na sociedade, no mercado de trabalho e até mesmo com a família, uma realidade difícil de ser compreendida, pois a inclusão para o usuário soava com outro entendimento perdendo o real sentido e gerando disputas e busca por satisfazer o ego. Muitos usuários tinham competitividade e fragilidade nos vínculos familiares e sociais.

### **5.1 Caso R.C**

A usuária da ADVBG foi chamada à sala da assistente social, para responder algumas perguntas solicitadas pela estagiária com a explicação de enriquecer um trabalho da faculdade do curso de serviço social, primeiro me apresentei, e depois expliquei o motivo e por último se ela estava de acordo em participar; a resposta foi positiva. Em seguida, começou a entrevista, para conhecer a história da pessoa com deficiência e ter entendimento da sua vida em sociedade e familiar. A mesma relatou que nasceu cega, mas teve uma infância feliz, se sentia incluída na escola, nas aulas tinha material adequado para o seu aprendizado, tinha maior proteção familiar, brincava com amigos imaginários, tinha livros em braile, sempre gostou de ler, aos nove anos começou desenvolver atividades diárias orientadas pela mãe, escutava melodias no rádio e tocava no teclado, mas quando chegou na terceira série teve muitas mudanças, mudou de escola, onde os colegas não a aceitavam em decorrência da deficiência, a escola não oferecia material adequado para o seu aprendizado, se sentia sozinha e triste. Atualmente cursa Serviço Social, tendo o seu ingresso na faculdade pela vontade de crescimento e a necessidade de conhecimentos. Hoje com 35 anos tem seu primeiro trabalho como estagiária onde enfrentou dificuldade de aceitação familiar, a família demonstrava medo de perder o controle da vida pessoal impedindo sua autonomia, mas a sua vontade de se libertar foi mais forte. Hoje ela cursa serviço social, trabalha, é casada, mas deixa claro a necessidade de inclusão na sociedade é constante, sente que as pessoas não estão

preparadas para um deficiente. Para finalizar nos deixa uma mensagem. Deixem os medos de lado, corram em busca de sua autonomia, superem os obstáculos, encontrando o seu lugar e mostrando onde é o seu lugar. A vista disso a entrevista como um instrumento mediador de conhecimento, passou as informações que eram desconhecidas, superando a aparência e obtendo maiores subsídios para uma intervenção profissional.

## **5.2 Caso T.C**

Chegou até a sala da assistente social o usuário da associação, ao qual foi perguntado se gostaria de responder um questionário da faculdade do curso de serviço social da Universidade La Salle, a resposta foi positiva. Então foi feita a acolhida onde expliquei a respeito do projeto de intervenção, voltado para a inclusão tanto familiar, quanto em sociedade. No início o usuário relatou que descobriu o glaucoma aos 18 anos de idade, que é hereditário. Aos 36 anos ficou cego total, onde teve uma mudança drástica de vida, tendo que se readaptar enfrentando dificuldades, e tendo que entender que ele tinha perdido só a visão. Considera que a associação foi muito importante em sua adaptação através do treinamento (AVD)- este treinamento é feito pela terapeuta ocupacional, que é referente a atividades da vida diária. Têm uma boa mobilidade, não se perde e faz uso correto da bengala. Considera que a família tinha uma sub proteção, sufocando-o e impedindo a sua autonomia, até que fugiu de casa. Hoje é casado, tem autonomia, tem planos de ter um negócio próprio, já tem projetos, e tem a intenção de gravar vídeos esclarecedores a respeito da acessibilidade e da vida do cego, acredita que trabalhando, será mais feliz por se sentir útil. Na sociedade não se sente incluído, acredita faltar entendimento da sociedade referente a deficiência visual, desde a acessibilidade na cidade julga ser péssima, faltando colocação de piso tátil, e os que têm são mal colocados. O seu maior medo é a invalidez. E deixa como mensagem para que a sociedade tenha mais empatia, compaixão e entendimento da deficiência visual.

## **5.3 Caso M.E**

A aplicação da seguinte entrevista foi facilitada devido ao contato diário mantido com a usuária, sendo que a mesma já estava ciente das necessidades de conhecimento visando enriquecer este trabalho. Perguntei se gostaria de responder

algumas perguntas e mediante a resposta positiva comecei a entrevista. Sua deficiência visual é considerada como baixa visão apesar de enxergar apenas 10% em decorrência de albinismo- ausência da melanina, sendo congênito. Relata ter tido uma infância normal, na escola estudava com ajuda de uma lupa, a família não impedia a sua autonomia, mas eram mais protetores. Ingressou na faculdade, se formou em direito, naquela época não tinha cotas para deficiente, fazia concursos como qualquer outro candidato, tendo ajuda de sua lupa, passou em concurso público desempenhando suas funções até se aposentar. Hoje tem 70 anos, e tem muito conhecimento a respeito do deficiente visual passando informações muito importantes para o nosso conhecimento. Ela nos diz- quando encontrar uma pessoa cega sempre perguntar se precisa de ajuda, se apresentando, e a forma correta de ajudar é oferecer o braço direito, o vidente sempre andar um passo a frente para dar percepção de subida ou descida. Acredita ter muitas barreiras na vida de um cego ou baixa visão como falta de empatia, falta de acessibilidade, despreparo da sociedade para incluir o deficiente. A respeito da inclusão nos deixa claro seu descontentamento, falando que o termo é bonito, no papel, mas a realidade é outra, carregada de preconceito. Nos deixa como reflexão que o termo inclusão, tenha o seu entendimento real, que as pessoas vejam o deficiente com igualdade, pois nem toda a deficiência limita a sua capacidade.

## **6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS CASOS**

Percebe-se que um dos principais obstáculos para a inclusão permanece sendo o preconceito e a falta de informação, visto que muitas pessoas não acreditam que possa haver possibilidades de adequação do deficiente na sociedade, com concepções equivocadas acerca da capacidade dessas pessoas configurando-se em um cenário onde as ações ainda se encontram inadequadas, revelando a compreensão insuficiente ou distorcida, do processo de inclusão e mesmo uma descrença sobre a sua capacidade de desenvolvimento e autonomia. Com base na metodologia usada de pesquisa, observação e entrevista realizada junto ao usuário ficou claro que o incluir, por muitas vezes, se encontra nos papéis ou como um termo da modernidade, porque a realidade é outra. Este estudo alcançou o objetivo que se propôs, ao descrever aspectos significativos da literatura pertinentes à inclusão e ao fazer profissional do Assistente Social, enfatizando aparatos legais que a justifiquem

e o quanto ele precisa ser dinâmico, articulador, atualizado, sabendo compreender, interpretar e difundir leis para que suas práxis seja o mais consistente e eficaz possível. O estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social teve início em 2022 e está tendo a continuidade de agosto de 2023 no decorrer do ano vigente na Associação dos deficientes visuais de Bento Gonçalves. Como citado a Associação dos deficientes Visuais (ADVBG), instituída na secretaria de assistência social, é um instrumento legal que visa garantir direitos sociais, encaminhamentos, promove autonomia e melhora a qualidade de vida do usuário portador de deficiência visual. Diante destes aspectos é possível inferir que a análise da autora aproxima estas discussões sobre a questão inclusão, das discussões realizadas no âmbito do serviço social, instigando os profissionais de serviço social em formas de intervenção no âmbito de inclusão na contemporaneidade. É interessante notar que a autora categoriza a sociedade e a família como um espaço para que haja participação social, visando a garantia de direitos. Por fim convém trazer que Lamamoto (2000), já falava em desigualdades, e resistência, por sujeitos que vivenciam situações de desigualdades no caso vinda de pessoas com deficiência serem excluídas da sociedade, diante de perversas lógicas impostas pelo capital que exclui parte dos cidadãos, mesmo tendo assegurado legalmente uma série de direitos sociais ao deficiente e dentre estes direitos está o da inclusão que por muitas vezes fica assegurado só no papel. Diante das informações foi possível preencher um questionário com o deficiente visual para melhor termos o entendimento de como eles se sentem mediante sociedade e família. Este estudo alcançou o objetivo que se propôs, ao descrever aspectos significativos da literatura pertinentes à inclusão e ao fazer profissional do Assistente Social, enfatizando aparatos legais que a justifiquem e o quanto ele precisa ser dinâmico, articulador, atualizado, sabendo compreender, interpretar e difundir leis para que suas práxis seja o mais consistente e eficaz possível.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo revelou pontos mais importantes acerca da inclusão social e a importância da família e do trabalho como busca de autonomia e sobrevivência, como qualquer pessoa, a autonomia financeira é quem liberta e verdadeiramente permite a liberdade de fazer suas escolhas. Tendo em vista todo o exposto, percebe

se o despreparo e a falta de conhecimento do familiar e da sociedade no entendimento da inclusão e da deficiência e a importância do assistente social como um meio de proporcionar a igualdade de modo a explicitar as suas competências, dentre suas atribuições está o acolhimento, a democratização das informações e a viabilização do acesso aos direitos sociais do deficiente visual. Inicialmente foi feito contato com os usuários da ADVBG, onde foi realizado o estágio supervisionado com a realização de visitas domiciliares, entrevistas e acompanhamentos feitos no decorrer do estágio, foi necessário elucidar a realidade de cada indivíduo, para que pudesse ser feito diálogos condizentes com as expressões da questão social. Vale destacar que o trabalho tratou de um direito previsto na Constituição Federal Brasileira, o direito a igualdade, sem distinção. A pessoa com deficiência que tem um ambiente familiar amoroso, estável como lugar de apego, de segurança e de proteção tem maior facilidade em estar incluído no mercado de trabalho e na sociedade, e mesmo com as consequências da deficiência não tem abalos psicológicos que o impeçam de desenvolver outras atividades. Neste sentido é definido a importância da família diante da vulnerabilidade da pessoa com deficiência e da potencialidade de criar alternativas para si e para a família, como protagonista nos processos que levam a superação de suas dificuldades pessoais e familiares. Desse modo com base nos referenciais teóricos apresentados esperasse que haja contribuição para discussão de novas possibilidades de pesquisa acadêmica.

Segue sugestões de futuras pesquisas:

- ✓ Como é inclusão da criança com deficiência visual na escola;
- ✓ Quais as formas de acessibilidade para a pessoa com deficiência visual;
- ✓ Tem profissionais preparados na sociedade que escrevam em braile.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O Código de Ética do assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Paulo. **Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática**. Revista Angolana de Sociologia, 10, 2012.

HONNETH, **A Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.**  
Trad. Luiz Repa. São Paulo: editora 34, 2003.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MATOS, R.N. **Inclusão perversa: uma reflexão sobre o sentido do trabalho com pessoas com deficiência.** Ed. Appris, 2017.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Ed. WVA, 2010.